

OS CREDORES E A DÍVIDA

Luiz Carlos Bresser-Pereira

Folha de S. Paulo, 21.02.1984

De volta de um intenso programa de visitante a bancos europeus, durante as quais tive oportunidade de manter conversações muito francas, parece oportuno fazer um balanço sumário de nossas relações com nossos credores. Existem algumas concordâncias básicas. Há obviamente contradições. E finalmente há os equívocos ou as soluções pouco realistas.

A primeira concordância básica diz respeito à idéia de que a dívida externa e as decorrentes políticas de ajustamento exigidas pelo FMI são o grande empecilho a retomada do desenvolvimento brasileiro. Enquanto o país for obrigado a manter em níveis muito baixos suas importações graças a medidas monetárias e fiscais recessivas a recessão não pode, por definição, ser superada. A taxa de juros elevada e o desinteresse dos empresários em investir são meras decorrências daquele problema básico.

Como a política de ajustamento adotada pelo FMI jamais é colocada em dúvida pelos banqueiros, e como o programa de ajustamento para este ano já está definido, torna-se inviável ainda em 1984 a recuperação da economia brasileira.

Mas, em contrapartida, os banqueiros sentem um real interesse pela retomada do desenvolvimento brasileiro. Consideram o Brasil uma parte integrante e importante do sistema capitalista, receiam o agravamento dos problemas sociais e têm interesse em retomar os negócios que sempre foram muitos lucrativos com o Brasil.

Para permitir essa retomada, entretanto, seria necessário que os banqueiros rolassem uma parte maior dos juros que lhe pagamos anualmente (o chamado “dinheiro novo” do projeto 1). Por enquanto não estão dispostos a isso. Pelo contrário, ainda estão interessados em reduzir seus riscos com o Brasil. Quando, em setembro último, Afonso

Celso Pastore, recém-empossado no Banco Central, começou a negociação do atual empréstimo jumbo, pediu cerca de 9 bilhões de dólares. Conseguiu apenas 6,5 bilhões, e mesmo estes, a duras penas. Para 1985 falam em apenas 4 bilhões de dinheiro novo. Ameaçam-nos, portanto, com permanente recessão, já que, nesses termos, a não ser que a recuperação das economias centrais seja mais vigorosa do que se prevê atualmente, teremos que manter nossas importações muito limitadas e, portanto o estado de recessão.

Como, todavia, não estão interessados em recessão permanente, falam imediatamente na necessidade de uma solução de mais longo prazo para o Brasil. Segundo a maioria dos banqueiros essa solução teria dois aspectos: uma maior participação dos seus governos nos financiamentos, de forma que seus próprios riscos sejam reduzidos, e um esquema ainda a ser estudado de transformação de parte dos juros que têm a receber em cruzeiros para serem investidos no Brasil.

A primeira idéia é obviamente fantasiosa, conforme George Schultz deixou muito claro em sua recente viagem ao Brasil. Os governos dos países centrais não têm condições financeiras e principalmente políticas para ajudarem países devedores como o Brasil. Já a segunda idéia, que ouvi repetida por um número considerável de banqueiros, é mais viável. O Brasil está pagando atualmente cerca de 13% de juros nominais ao ano, dos quais 4% correspondem à inflação externa e 9% a juros reais. A idéia seria manter compulsoriamente metade desses 9% no Brasil, em cruzeiros, permitindo que os bancos investissem esse dinheiro diretamente ou através de terceiros, em empresas existentes ou a serem formadas no Brasil.

Juntamente com essa idéia, que merece cuidadoso estudo, já que a atual taxa de juros real paga pelo Brasil cerca de 9% ao ano inviabiliza qualquer retomada do desenvolvimento, os banqueiros falam sempre na necessidade de estimular os investimentos diretos. Nesse ponto são novamente contraditórios, porque os investimentos diretos diminuíram no Brasil não em função de algumas restrições muito razoáveis que fazemos, mas em função da recessão que não cria oportunidades de investimento para ninguém inclusive para as empresas multinacionais.

Mas os banqueiros insistem que é necessária uma solução de longo prazo, que permita a retomada do desenvolvimento brasileiro. E concordem também que, para uma solução desse tipo eles próprios em seus bancos, o FMI e os governos dos países centrais pouco poderão fazer. A única conclusão a que se pode chegar, portanto, é a de que, nessas circunstâncias, só o próprio governo brasileiro tem condições de fazer alguma coisa, de estabelecer amigável mas firmemente as bases de um novo acordo que nos permite sair da recessão.

Para esse novo acordo a obtenção de um superávit na balança comercial de 6,5 bilhões de dólares e o desempenho mais realista do novo presidente do Banco Central contam pontos. É preciso, agora, saber se as autoridades brasileiras estão dispostas a assumir o risco de propor e de até um certo ponto exigir esse novo acordo de longo prazo. Porque é preciso lembrar que, sendo tão grande o número de bancos credores, só uma autoridade central como o governo brasileiro pode propor e amavelmente impor uma solução razoável para todos, inclusive para o Brasil.(21/02)